



INFORMATIVO

MARÇO | 2025

# podemos

CÂMARA



PÁG. 4

**NO MÊS DA MULHER, PODEMOS AMPLIA  
FORÇA FEMININA NA CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

PÁG. 6

**Ruy e o combate às desigualdades na Previdência e  
Assistência Social**

## EXPEDIENTE

### LIDERANÇA DO PODEMOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Líder do Podemos na Câmara dos Deputados:**  
Deputado Federal Rodrigo Gambale (SP)

**Presidente Nacional do Podemos:**  
Deputada Federal Renata Abreu (SP)

**Chefe de Gabinete:**  
Fábio de Souza Oliveira

**Secretário Nacional de Comunicação:**  
Bruno Valente

**Coordenador de Comunicação:**  
Alisson Esteves

**Jornalista Responsável:**  
Marília Jardim

**Revisão Geral:**  
Daniel Roriz


**Diagramação e Arte:**  
Maura Mosquera

#### **Colaboradores:**

Augusto Sobrinho, Brunna Morais, Carolina Frederico, Carol Bracho, Elloá Urbano, Fabíola Salvador, Gabriel Cruz, Gabriel Tiveron, George Pacífico, Hugo Sales, Iana Silvany, João Rafael, Lola Nicolás, Lucas Amparo, Luisa Barros, Mário Agra, Mayara Oliveira, Natana Cristina, Rafaella Panceri, Robert Alves, Sérgio Barba, Tikkho Maciel, Tullio Damin Da Sois e Valéria Amaral.

## SUMÁRIO

- 4** Deputada Enfermeira Ana Paula é a mais nova integrante da bancada na Câmara
- 6** Ruy e o combate às desigualdades na Previdência e Assistência Social
- 8** Mauricio Marcon defende que empresas tenham experiência prévia para participar de licitações
- 10** Bruno Ganem lidera fiscalização que resultou na suspensão da VOEPASS pela ANAC
- 12** Mais um projeto de Renata Abreu vira lei! Custas Zero é sancionado
- 14** Para Haully, o Brasil não deve se esquecer do trauma causado pelo confisco da poupança
- 16** Líder defende implementação de hospitais veterinários públicos em todas as cidades
- 18** Glaustin da Fokus reforça parceria com prefeitos para garantir mais recursos a Goiás
- 20** Sargento Portugal defende ampliação da Lei Antiterrorismo para incluir crime organizado, tráfico e milícias
- 22** Dr. Victor defende projeto que garante direitos às pessoas com doença renal crônica
- 24** “Até quando o futebol vai passar pano para racistas?”, questiona deputado Fabio Macedo
- 26** Deputado Gilson Daniel propõe projeto para coibir golpes virtuais com linhas telefônicas pré-pagas
- 28** Dia Internacional da Mulher: Nely Aquino faz balanço das ações de proteção
- 30** Romero Rodrigues luta pelo direito de sucessão a herdeiros de taxistas
- 32** Raimundo Costa inclui pescadores na linha de crédito do Plano Safra 2024/2025
- 34** ARTIGO - Mulheres na Política: O Copo Meio Cheio
- 35** Bancada do Podemos na Câmara ganha reforço de Tiago Dimas e Rafael Fera



**“Com fé, trabalho e compromisso, seguimos construindo um legado de transformação social e profissional. O Podemos é a casa da mudança, e juntos podemos mais!”**

# DEPUTADA ENFERMEIRA ANA PAULA É A MAIS NOVA INTEGRANTE DA BANCADA NA CÂMARA

O partido que mais cresce no país, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), amplia seus quadros com a chegada de mais um importante nome do cenário político cearense.

A presidente nacional do Podemos, deputada Renata Abreu (SP), deu boas-vindas à deputada federal Enfermeira Ana Paula (CE), que oficializou a filiação dela à legenda na quarta-feira (12) na Liderança do partido, em Brasília.

A deputada e enfermeira Ana Paula Brandão (CE), agora no Podemos, reafirma seu compromisso com a valorização dos profissionais da Enfermagem, a defesa dos direitos das mulheres e o fortalecimento das políticas públicas de saúde.

“A enfermagem é uma das profissões mais essenciais para a saúde do Brasil, e ter uma representante que compreende as necessidades da categoria dentro do cenário político é um avanço para toda a sociedade”, defende a parlamentar que integra a Frente Parlamentar em Defesa da Enfermagem.

Natural de Fortaleza, Ana Paula tem uma trajetória marcada pela dedicação ao cuidado com as pessoas e pela luta por avanços estruturais na profissão. Com especializações em Gestão Hospitalar e MBA em Gestão da Saúde, ela ocupou cargos estratégicos, como gestora da Atenção Primária de Fortaleza e presidente do Coren-CE por dois mandatos. Atualmente, é diretora do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) e, na Câmara dos Deputados, atua em comissões fundamentais como a de Saúde (CSAÚDE), Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER).

Ana Paula acredita que representantes do setor da Enfermagem precisam ser protagonistas das decisões que impactam a categoria. “A profissão é desafiada diariamente, e é preciso assumir a posição de defesa na busca por valorização. Melhorar o cenário da enfermagem significa fortalecer a assistência e, conseqüentemente, a saúde do país”, afirma.

Ao integrar o Podemos, a deputada reforça seu compromisso com a construção de um mandato participativo e comprometido com mudanças reais. “A política nos permite ampliar espaços de diálogo e decisão. Nada melhor do que ocupar esse espaço com quem já viveu na pele as dificuldades da profissão e sabe a importância de legislar em favor dos trabalhadores da saúde e da população brasileira”, destaca.

Com foco no empoderamento feminino e na equidade de oportunidades, Ana Paula também leva para o Congresso a bandeira da valorização das mulheres, que representam a maioria na Enfermagem e ainda enfrentam desafios como jornadas exaustivas, baixos salários e dificuldades para ascender profissionalmente. Sua atuação na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher tem como objetivo fortalecer políticas públicas que ampliem a presença feminina nos espaços de decisão e garantam respeito e condições dignas de trabalho.

“Com fé, trabalho e compromisso, seguimos construindo um legado de transformação social e profissional. O Podemos é a casa da mudança, e juntos podemos mais!”, conclui a deputada Enfermeira Ana Paula Brandão.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DA DEPUTADA

Se você também quer um Brasil melhor para todos nós, venha fazer parte dessa mudança!

# RUY E O COMBATE ÀS DESIGUALDADES NA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

O combate às desigualdades sociais históricas no país foi destacado pelo deputado federal Ruy Carneiro (PB) ao ser eleito presidente da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara. O nome do parlamentar foi aprovado por unanimidade pelos integrantes da comissão durante a primeira reunião do colegiado, nesta quarta-feira (19).

“Nosso mandato à frente da Presidência será guiado por ações concretas, e começo destacando o combate às desigualdades históricas. Vamos assegurar que os programas cheguem a quem mais precisa, com transparência e agilidade. O Estado deve facilitar as ações sociais. Sempre fui o deputado da Paraíba que mais colocou recursos para as unidades de saúde e entidades sociais em meu estado. Tenho certeza que aqui na comissão vamos conseguir ampliar as ações para melhor acolher aqueles que mais precisam”, declarou.

Outro desafio urgente apontado pelo deputado é a redução da fila do INSS, que hoje atinge mais de 2 milhões de cidadãos aguardando por direitos essenciais. “Essa situação é inaceitável. Trabalharemos sem descanso para modernizar processos, ampliar a eficiência dos serviços e garantir que nenhum brasileiro seja deixado para trás após anos de contribuição”, afirmou Ruy durante discurso.

Ruy ainda agradeceu a confiança dos colegas e do partido Podemos na indicação para o cargo. “É com honra, humildade e profundo senso de dever que assumo a presidência desta Comissão tão vital para o futuro do Brasil. Agradeço a confiança do Podemos, em especial à presidente Renata Abreu e ao líder Rodrigo Gambale, assim

como ao Presidente da Casa, deputado Hugo Motta, e a todos os colegas que depositam em mim a responsabilidade de conduzir debates que tocam o coração das famílias brasileiras”, disse.

Durante a instalação da comissão, também foi aprovado o nome de Gilson Daniel (ES) para assumir a vice-presidência. A comissão tem a atribuição de avaliar, votar e emitir pareceres sobre projetos voltados para as temáticas. As fiscalizações e o monitoramento dos programas realizados pelo Poder Executivo também fazem parte das prerrogativas.

## Atuação parlamentar

Entre as ações de destaque de Ruy está a luta contra cortes no Benefício de Prestação Continuada (BPC), em projeto que excluía do programa as pessoas com deficiência leve. O parlamentar conseguiu que a emenda apresentada por ele no Congresso fosse acatada pelo Governo Federal no momento da sanção da matéria.


O deputado também atuou na busca de melhoria dos serviços e agilidade dos atendimentos no INSS, possui um trabalho histórico e é o maior mantenedor das entidades sociais que atuam em defesa de pessoas em vulnerabilidade social e na proteção dos direitos da infância e juventude na Paraíba. Ruy ainda é autor do projeto de lei que prevê o aumento da pena para crime de estupro de vulnerável e de outra propositura que tipifica o crime de intimidação sistemática virtual (cyberbullying).

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.




## CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O deputado Ruy Carneiro é o novo presidente da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara.

A man with short, graying hair, wearing a dark blue suit jacket, a white shirt, and a blue patterned tie, is speaking into a black microphone. He is positioned behind a blue podium. A gold circular pin is visible on his lapel. The background is a plain, light-colored wall.

**“Vamos assegurar que os programas cheguem a quem mais precisa, com transparência e agilidade. O Estado deve facilitar as ações sociais”**

A man with short brown hair and a beard, wearing a blue suit, white shirt, and blue tie, is speaking into a microphone. He is smiling and looking slightly to the right. The background is dark with vertical white lines.

**“Dessa forma, em todas as licitações, as empresas deverão ter obrigatoriamente experiência prévia, o que ajudará a mitigar os riscos de inexecução contratual”**

# MAURICIO MARCON DEFENDE QUE EMPRESAS TENHAM EXPERIÊNCIA PRÉVIA PARA PARTICIPAR DE LICITAÇÕES

O Projeto de Lei 3407/24 estabelece um prazo de dois anos, após a criação de uma empresa, para que esta possa participar de processos licitatórios e celebrar contratos com administração pública.

O texto, em análise na Câmara dos Deputados, insere a regra na Lei de Licitações e Contratos Administrativos. A proposta prevê ainda que, além daquela exigência, a empresa deverá ter objeto social compatível com a contratação a ser realizada.

“Dessa forma, em todas as licitações, as empresas deverão ter obrigatoriamente experiência prévia, o que

ajudará a mitigar os riscos de inexecução contratual”, defendeu o autor da proposta, deputado Mauricio Marcon (RS).

## Próximos passos

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Para virar lei, terá de ser aprovado pela Câmara e pelo Senado.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



## CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O deputado Mauricio Marcon propôs que doações para campanhas de assistência à saúde e apoio a vítimas de calamidades possam ser deduzidas do Imposto de Renda.

# BRUNO GANEM LIDERA FISCALIZAÇÃO QUE RESULTOU NA SUSPENSÃO DA VOEPASS PELA ANAC

A segurança aérea no Brasil ganhou um importante reforço com a atuação do deputado federal Bruno Ganem (SP).

Como presidente da Comissão Externa da Câmara dos Deputados que investiga o acidente do voo 2283 da VOEPASS Linhas Aéreas, ocorrido em agosto de 2024, Ganem liderou fiscalizações e reuniões que evidenciaram falhas operacionais e de segurança na empresa.

O trabalho da comissão foi fundamental para a decisão da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), que, em caráter cautelar, suspendeu as operações da VOEPASS a partir do dia 11 de março de 2025. A empresa só poderá retomar os voos quando comprovar conformidade com os regulamentos de segurança vigentes.

Bruno Ganem destacou a importância da medida: “Nosso compromisso é garantir que nenhuma companhia opere sem seguir os padrões de segurança exigidos. A

fiscalização foi essencial para essa decisão, protegendo a vida de milhares de passageiros”.

Além das inspeções e audiências, a comissão também apresentou o Projeto de Lei (PL) 5033/2024, que propõe a criação de um Comitê de Cooperação para atendimento a vítimas e familiares de acidentes aéreos, aprimorando o suporte e a resposta a situações de crise no setor.

A decisão da ANAC reforça a importância de uma regulação rigorosa e do trabalho parlamentar para garantir a segurança do transporte aéreo no Brasil.


A comissão segue acompanhando as ações da VOEPASS e de outras companhias para evitar novas ocorrências que coloquem vidas em risco.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



## CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O deputado Bruno Ganem propõe prioridade no Minha Casa, Minha Vida para atender a essa necessidade.

A portrait of a man with short dark hair, wearing a grey suit jacket, a light blue shirt, and a yellow patterned tie. He is smiling slightly and looking towards the camera. The background is a plain, light-colored wall.

**“Nosso compromisso é garantir que nenhuma companhia opere sem seguir os padrões de segurança exigidos”**



**“O Custas Zero é um marco para o fortalecimento da advocacia, para o respeito à profissão e para a garantia do direito dos advogados a receberem seus honorários com dignidade”**

# MAIS UM PROJETO DE RENATA ABREU VIRA LEI! CUSTAS ZERO É SANCIONADO

Mais um projeto da deputada federal Renata Abreu (SP) vira lei! Desta vez é o PL 4538/2021, conhecido como Custas Zero, foi sancionado pelo presidente da República. Depois de 5 anos de luta e mobilização, uma vitória histórica, que corrige uma injustiça contra a advocacia brasileira e devolve dignidade a quem batalha todos os dias por justiça.

O presidente Lula sancionou o projeto durante visita do presidente nacional da OAB, Beto Simonetti, ao Palácio do Planalto. A decisão foi antecipada — o presidente tinha até o dia 19 de março para sancionar ou vetar a proposta.

Com a nova lei, advogados não precisarão mais pagar custas processuais antecipadas ao ajuizar ações de cobrança de honorários — um alívio para milhares de profissionais em todo o país.

“O Custas Zero é uma conquista de toda a advocacia brasileira. Lutamos muito por isso! A OAB esteve ao nosso lado em cada etapa dessa caminhada: mobilizando a categoria, coletando assinaturas, pressionando o Congresso. Hoje, celebramos o resultado dessa união”, comemorou Renata Abreu, que também é

advogada e presidente nacional do Podemos.

E ela reforça: “O Custas Zero é um marco para o fortalecimento da advocacia, para o respeito à profissão e para a garantia do direito dos advogados a receberem seus honorários com dignidade.”

## LEIS RENATA ABREU

Custas Zero é a quinta lei com a assinatura Renata Abreu. As outras são referentes aos direitos da mulher e de combate à violência feminina. 1. Lei 13.931/19, que obriga profissionais de Saúde a registrar no prontuário médico qualquer tipo de violência feminina e avisar as autoridades policiais em até 24 horas; 2. Lei 13.718/18, que torna importunação sexual em crime com até 5 anos de cadeia; 3. Lei 14.316/22, que destina recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para ações de prevenção e combate à violência doméstica; 4. Lei 14.712/2022, que garante apoio psicológico para mulheres no pré e pós parto.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



## CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DA NOSSA PRESIDENTE

Iniciativa da nossa presidente, deputada Renata Abreu fortalece o sistema de justiça e beneficia mais de 1,5 milhão de advogados.

# PARA HAULY, O BRASIL NÃO DEVE SE ESQUECER DO TRAUMA CAUSADO PELO CONFISCO DA POUPANÇA

Como toda pompa e circunstância que o protocolo exigia, pois era a primeira posse de um civil eleito após o período do regime militar, Fernando Collor de Mello foi empossado como o 32º presidente do Brasil em 15 de março de 1990, em cerimônia em Brasília realizada no Congresso Nacional, marcada por um forte esquema de segurança. Na campanha presidencial, Collor se autopromoveu como o “caçador de marajás” e também prometeu acabar com a inflação que no ano anterior a sua posse, em 1989, havia fechado em 1.782,9%, tendo a economia totalmente indexada (salários, preços, tarifas), o que realimentava a alta de preços.

Collor, que havia derrotado na eleição presidencial, destacados políticos como o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, o ex-governador do Rio de Janeiro Leonel Brizola, do PDT, além do então ascendente líder metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, era uma verdadeira incógnita do que ele iria fazer na presidência.

Porém, um dia após a sua posse, para surpresa geral da nação, ele decretou feriado bancário, e em seguida autorizou o bloqueio de todos os ativos superiores a 50 mil cruzados novos, equivalentes à época a US\$ 1.300, algo próximo de R\$ 7,3 mil em moeda de hoje.

Ao todo, foram bloqueados US\$ 100 bilhões, ou 30% do PIB nacional à época.

O bloqueio da poupança causou uma comoção nacional. As medidas econômicas visavam combater a

hiperinflação no Brasil e incluía o congelamento de saldos de contas correntes e cadernetas de poupança, substituição de moeda, do cruzado novo pelo cruzeiro, redução de despesas do governo, privatização de empresas estatais, abertura econômica e reforma administrativa.

O Plano Collor desencadeou uma crise de confiança no mercado, minando a credibilidade das aplicações financeiras.

Se era esperada uma pequena e rápida recessão, o que houve foi uma violenta queda de 4,35% do Produto Interno Bruto (PIB). A inflação até que experimentou certo recuo, caindo para “apenas” 7,5% em maio daquele ano. Mas não demorou muito para que voltasse ao patamar de dois dígitos por mês.

À época como Secretário da Fazenda do Paraná, o economista Luiz Carlos Hauly assistiu aterrorizado ao bloqueio das economias de milhões de brasileiros. “Esse erro custou caro: falências, crises e muitas tragédias pessoais. Foi um absurdo, pois dinheiro público é sagrado e deve ser respeitado”, disse Hauly que, como deputado federal liderou a cassação do “caçador de marajás” pela corrupção e também pela incompetência. E que nunca mais se repita esse abuso contra os interesses do Brasil”, afirmou Hauly.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.




CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

A reforma tributária vai simplificar o sistema e reduzir a carga tributária!



**“Esse erro custou caro com falências, crises e muitas tragédias pessoais”**



**“Continuaremos nossa luta pela causa animal, porque sabemos que cada real investido representa uma grande economia para a saúde pública e contribui para o progresso do nosso país”**

# LÍDER DEFENDE IMPLEMENTAÇÃO DE HOSPITAIS VETERINÁRIOS PÚBLICOS EM TODAS AS CIDADES

O líder do Podemos na Câmara, deputado Rodrigo Gambale (SP), destaca a importância de implantar hospitais veterinários em todas as cidades do Brasil. Para ele, essa medida é fundamental não apenas para o bem-estar dos animais, mas também para a saúde pública.

“Para quem acredita que o investimento deve ser apenas em saúde, segurança e educação, e que a causa animal não merece atenção, é hora de entender o principal motivo disso”, afirmou Gambale.

O deputado reforçou que 62% das doenças que afetam os seres humanos têm origem zoonótica, ou seja, a cada cinco doenças diagnosticadas em humanos, três vêm dos animais. Atualmente, mais de 200 doenças zoonóticas são catalogadas no Brasil. Além disso, o país possui 37 milhões de lares com animais de estimação, o que representa 53% das residências brasileiras. Isso totaliza 84 milhões de animais de companhia, um número superior à quantidade de filhos por casal, que caiu de 6,28 em 1960 para 1,5 em 2020.

A criação de hospitais veterinários públicos garantiria um atendimento digno aos animais, contribuindo

para a redução do abandono e promovendo a castração em larga escala. Gambale ressaltou que investir na saúde animal é uma estratégia inteligente para reduzir os custos com saúde pública.

“Há um dado que diz que, a cada um real investido em saneamento básico, economizamos quatro reais em saúde. Tenho certeza de que, a cada real investido em castração, conseguiremos diminuir a população de animais nas ruas e economizar ainda mais na área da saúde”, destacou.

Rodrigo Gambale, em parceria com a ONG Gaari, realizou um dos maiores programas de castração do Brasil, com a meta de 50 mil castrações.

“Por isso, estou lançando, junto com outros deputados e parceiros, uma campanha em prol de hospitais veterinários em todas as cidades do Brasil. Continuaremos nossa luta pela causa animal, porque sabemos que cada real investido representa uma grande economia para a saúde pública e contribui para o progresso do nosso país”, concluiu Gambale.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO NOSSO LÍDER

O Brasil precisa, sim, investir na causa animal!

# GLAUSTIN DA FOKUS REFORÇA PARCERIA COM PREFEITOS PARA GARANTIR MAIS RECURSOS A GOIÁS

Com foco na parceria e no fortalecimento das administrações municipais, o deputado federal Glaustin da Fokus (GO) iniciou o ano promovendo uma série de encontros estratégicos com prefeitos goianos do Podemos. Antes mesmo do retorno às atividades legislativas na Câmara dos Deputados, o parlamentar dedicou tempo para ouvir os gestores municipais e alinhar ações que garantam mais investimentos e desenvolvimento para os municípios.

Nas eleições municipais de 2024, o Podemos elegeu 14 prefeitos em Goiás, consolidando sua presença no cenário político estadual. Com isso, os encontros promovidos por Glaustin foram fundamentais para orientar os novos gestores sobre os desafios e oportunidades que terão pela frente. Além de estreitar o relacionamento, o deputado se colocou à disposição para auxiliar os prefeitos na busca por recursos federais e na interlocução com o governo federal.

Os encontros contaram com momentos de diálogo aberto, incluindo almoços estratégicos, para ouvir as demandas dos prefeitos, conhecer as necessidades de cada cidade, entender os projetos dos gestores e para discutir as melhores formas de acessar o orçamento federal. Entre os principais pontos abordados estiveram as solicitações de emendas parlamentares, os valores federais

disponíveis, os prazos e os destinos das verbas.

“É essencial que os prefeitos tenham clareza sobre como funciona o sistema orçamentário federal para que possam planejar bem seus mandatos e garantir recursos para suas cidades”, destacou Glaustin.

Glaustin também reforçou que a parceria entre as prefeituras e a Câmara dos Deputados será um pilar essencial para o sucesso das gestões municipais. “Nosso trabalho é garantir que cada prefeito do Podemos tenha apoio técnico e político para levar mais infraestrutura, saúde, educação e qualidade de vida para os goianos. Vamos atuar juntos para transformar cada município e fazer com que Goiás continue avançando”, afirmou o deputado.


Com esse compromisso, Glaustin da Fokus reafirma sua atuação como um dos principais articuladores políticos do estado, garantindo que os municípios goianos tenham um início de mandato sólido e estruturado. O engajamento do parlamentar e sua proximidade com os prefeitos do Podemos demonstram um compromisso real com o desenvolvimento de Goiás, fortalecendo a presença do partido e promovendo uma gestão pública mais eficiente e alinhada às necessidades da população.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O que você acha de autorizar a venda de medicamentos sem prescrição médica em supermercados?



**“Nosso trabalho é garantir que cada prefeito do Podemos tenha apoio para transformar seu município”**



**“Essas ações são comparáveis ao terrorismo e devem ser tratadas como tal. O projeto busca fechar essa brecha na lei e fortalecer o combate a essas organizações”**

# SARGENTO PORTUGAL DEFENDE AMPLIAÇÃO DA LEI ANTITERRORISMO PARA INCLUIR CRIME ORGANIZADO, TRÁFICO E MILÍCIAS

O deputado Sargento Portugal (RJ) protocolou um projeto – PL 240/2025 – para alterar a Lei Antiterrorismo (Lei nº 13.260/2016). A iniciativa busca incluir crimes cometidos por milícias, facções criminosas e traficantes na definição de terrorismo, quando praticados com o objetivo de intimidar a população, coagir autoridades ou desestabilizar a ordem pública.

“Caso seja aprovado, poderá representar um avanço significativo no enfrentamento ao crime organizado, permitindo ao Estado uma resposta mais firme e ágil contra essas organizações”, defende o parlamentar. Atualmente, a legislação tipifica o terrorismo como atos de violência motivados por xenofobia, discriminação ou extremismo político. No entanto, não contempla expressamente organizações criminosas que dominam territórios, impõem suas próprias regras e utilizam a força para controlar comunidades.

Para o parlamentar, essa lacuna permite que milicianos e traficantes utilizem o medo como ferramenta de poder sem que sejam enquadrados de forma mais rígida pela legislação.

A proposta de Sargento Portugal visa endurecer penas e ampliar os mecanismos de repressão contra o crime organizado. Além disso, o texto estabelece que

a obtenção de vantagens ilícitas por meio do terror e coação social seja considerada um agravante, atingindo diretamente práticas como a extorsão de moradores por milicianos e o financiamento de facções criminosas.

“O crime organizado não apenas desafia o Estado, mas também impõe medo e sofrimento à população. Essas ações são comparáveis ao terrorismo e devem ser tratadas como tal. O projeto busca fechar essa brecha na lei e fortalecer o combate a essas organizações”, afirmou o deputado.

Segundo especialistas em segurança pública, a proposta pode facilitar investigações e processos judiciais contra grupos que impõem terror social como estratégia de domínio. Atualmente, muitas dessas organizações são enquadradas apenas em crimes como associação criminosa, que possuem penas mais brandas.

Com a mudança, a classificação como ato terrorista pode resultar em condenações mais severas e medidas mais eficazes de combate.

O PL240/2025 está apensado ao PL4465/2024 e aguarda despacho do presidente da Câmara para seguir tramitação.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



## CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

13 milhões de brasileiros vivem com doenças raras e enfrentam desafios no diagnóstico, tratamento e direitos. Precisamos de mais políticas públicas para garantir suporte e qualidade de vida!

# DR. VICTOR DEFENDE PROJETO QUE GARANTE DIREITOS ÀS PESSOAS COM DOENÇA RENAL CRÔNICA

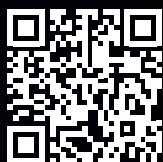
O Projeto de Lei 3131/2024, de autoria do deputado Dr. Victor Linhalis (ES), visa garantir que pessoas com doença renal crônica possam incluir a informação “Pessoa com Deficiência” na Carteira de Identidade Nacional. Para que isso seja possível, o interessado deve apresentar um laudo médico que comprove a condição crônica e irreversível da doença, emitido por um profissional qualificado.

A principal intenção do projeto é facilitar o acesso a benefícios, direitos e serviços legais, promovendo a inclusão social e reduzindo a burocracia que essas pessoas enfrentam. Dr. Victor Linhalis enfatiza que a proposta busca aumentar a conscientização sobre as dificuldades enfrentadas pelos portadores de doença renal crônica, incentivando políticas públicas mais adequadas às suas necessidades.

“Os pacientes com doença renal crônica muitas vezes encontram obstáculos burocráticos para comprovar sua condição de pessoa com deficiência. Com esse projeto, queremos tornar esse processo mais ágil, garantindo que esses cidadãos tenham acesso rápido aos benefícios que lhes são devidos”, afirmou o deputado Linhalis.

O projeto segue em tramitação na Câmara dos Deputados e passará pela apreciação nas comissões da Casa. O parlamentar trabalha para a rápida aprovação e reconhecimento do direito dessas pessoas que tanto precisam.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.




## CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O deputado Dr. Victor Linhalis defende a alteração da Constituição Federal para transformar as guardas municipais em polícias.



**“Com esse projeto, queremos tornar esse processo mais ágil, garantindo que esses cidadãos tenham acesso rápido aos benefícios que lhes são devidos.”**

A close-up portrait of a man with short dark hair, wearing a dark blue suit jacket, a light blue dress shirt, and a dark blue patterned tie. He is looking directly at the camera with a serious expression. The background is blurred, showing what appears to be an indoor setting with light coming from a window.

**“O racismo no futebol é uma chaga que precisa ser combatida com firmeza e punições exemplares. É hora de darmos um basta”**

# “ATÉ QUANDO O FUTEBOL VAI PASSAR PANO PARA RACISTAS?”, QUESTIONA DEPUTADO FABIO MACEDO

*“É inaceitável. O racismo no futebol é uma chaga que precisa ser combatida com firmeza e punições exemplares. É hora de darmos um basta. O que o Luighi sofreu demonstra que o preconceito é uma chaga que envergonha o mundo”, afirmou o deputado Fabio Macedo (MA), autor do projeto que estabelece o aumento da pena para o crime de injúria racial praticado em eventos esportivos, religiosos e culturais, como já ocorre no crime de racismo. A proposta está no PL 2739/2023.*

O caso aconteceu no jogo entre Palmeiras e Cerro Porteño, pela Conmebol, no dia 6 de março, quando o jogador brasileiro, Luighi, 18 anos, sofreu racismo por parte de torcedores do clube paraguaio. Imagens da transmissão exibiram, para quem quisesse ver, que torcedores imitavam “um macaco” em direção ao atleta que, diante da cena, deixou o campo aos prantos. A caminho do banco de reservas, Luighi também sofreu humilhação: uma cusparada vinda da arquibancada.

O triste episódio entrou para a longa lista de casos de racismo ocorridos em competições esportivas. Em 2024, o Observatório da Discriminação Racial no Futebol registrou 20 casos em partidas oficiais.

O deputado Fabio Macedo lembra que, em 2023, a Lei do Racismo foi atualizada e equiparou o crime de injúria racial ao de racismo, mas com penalidade menor. Dessa forma, a proposta pretende definir para os casos de injúria racial os mesmos agravantes do crime de racismo, com pena de reclusão de 3 a 7 anos. “Não podemos normalizar o racismo ou a injúria racial dentro ou fora dos estádios. Não é sobre “provocação” ou “parte do jogo”. Isso é crime! E precisa ser tratado com seriedade e punição exemplar pelas autoridades competentes”, afirmou Fabio.

O projeto está em tramitação na Câmara dos Deputados e aguarda definição do relator na Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial.

## Punição

Palmeiras e CBF cobraram da Confederação Sul-Americana um castigo exemplar, que acabou ficando em multa de US\$ 50 mil dólares aplicados ao clube paraguaio, valor bem inferior, por exemplo, no caso de punição ao torcedor que acender um rojão no estádio, que é de US\$ 70 mil. O episódio expõe uma latente tolerância a ofensas deste tipo e que não pesam no bolso dos clubes.

**⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.**



## CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Chega de racismo no futebol e em qualquer lugar! O que aconteceu com Luighi mostra que ainda temos um longo caminho na luta contra o preconceito.

# DEPUTADO GILSON DANIEL PROPÕE PROJETO PARA COIBIR GOLPES VIRTUAIS COM LINHAS TELEFÔNICAS PRÉ-PAGAS

Você já deve ter recebido um telefonema com o DDD de onde mora, mas ao atender, descobre que a ligação não é do local onde reside e que se trata de algum golpe. Esses telefonemas podem estar com os dias contados. Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 171/25, de autoria do deputado federal Gilson Daniel, do Espírito Santo, que propõe medidas para impedir a ativação de linhas pré-pagas com código de discagem direta a distância (DDD) diferente do local da compra. O objetivo da proposta é fortalecer a segurança dos usuários e combater golpes virtuais, prática criminosa que tem causado prejuízos financeiros a milhares de brasileiros.

Dados do Instituto DataSenado apontam que, em 2024, 24% dos brasileiros com mais de 16 anos foram vítimas de fraudes que resultaram em perdas financeiras. Segundo especialistas, um dos fatores que facilitam esse tipo de crime é a ativação de linhas telefônicas sem a devida checagem de informações.

“O acesso simplificado à habilitação de linhas pré-pagas, sem uma verificação criteriosa dos dados fornecidos pelos compradores, permite que criminosos utilizem DDDs de diferentes estados para enganar as vítimas. No Espírito Santo, por exemplo, muitos cidadãos têm recebido ligações com os DDDs 27 ou 28, mas ao

atender, descobrem que se trata de golpistas de outras localidades”, explica o deputado Gilson Daniel.

O projeto prevê que, ao ativar uma linha pré-paga, a operadora seja obrigada a validar a autenticidade dos documentos de identificação apresentados, o DDD da localidade onde o chip foi adquirido e o endereço residencial do usuário. Para chips virtuais (eSIM), o DDD atribuído deverá corresponder ao domicílio do titular da linha.

Atualmente, as prestadoras de serviços de telefonia não adotam mecanismos rigorosos de validação cadastral, permitindo a ativação de linhas mediante a simples resposta a perguntas automatizadas e a apresentação de um CPF válido. Gilson Daniel defende que “a regulamentação precisa ser mais rígida, incluindo medidas como reconhecimento facial, biometria e cruzamento de informações com bases de dados públicas ou privadas”.


A proposta será analisada em caráter conclusivo pelas comissões de Comunicação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Caso aprovada, seguirá para o Senado Federal antes de se tornar lei.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.




## CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Consulta com farmacêutico à distância? Essa é a proposta do deputado Gilson Daniel para ampliar o acesso à assistência farmacêutica em cidades de até 10 mil habitantes.

A man with short, graying hair, wearing a blue suit, white shirt, and light blue tie, is speaking into a black microphone. He is standing behind a podium. The background is dark with vertical lines.

**“A regulamentação precisa ser mais rígida, incluindo medidas como reconhecimento facial, biometria e cruzamento de informações com bases de dados públicas ou privadas”**

A close-up photograph of a woman with curly, light brown hair and black-rimmed glasses. She is holding a black microphone to her mouth and appears to be speaking. She is wearing a yellow top with a black heart pattern. The background is a soft, out-of-focus blue light.

**“As políticas públicas voltadas para as mulheres são essenciais para combater as desigualdades históricas e garantir a equidade de oportunidades”.**

# DIA INTERNACIONAL DA MULHER: NELY AQUINO FAZ BALANÇO DAS AÇÕES DE PROTEÇÃO

No Dia Internacional da Mulher, celebrado em 08 de março, é fundamental destacar a atuação da deputada Nely Aquino em prol dos direitos das mulheres na Câmara dos Deputados. Sua trajetória parlamentar tem sido marcada por iniciativas que buscam promover a igualdade de gênero e assegurar a proteção e o bem-estar das mulheres brasileiras.

Entre suas principais ações, destaca-se a criação do “Selo Cidade Mulher”, instituído pelo Projeto de Lei 2549/2024, aprovado pela Câmara. Esse selo é um prêmio destinado aos municípios que se destacam na efetividade de políticas públicas voltadas para o bem-estar das mulheres, incentivando a implementação de medidas que promovam a igualdade e a proteção feminina.

Além disso, a deputada Nely Aquino tem se empenhado na aprovação de projetos que fortalecem a segurança e os direitos das mulheres. Entre suas propostas, está o projeto 4814/2024 que regulamenta o uso e a comercialização de sprays de extratos vegetais e armas de choque como instrumentos de defesa pessoal,

oferecendo mais uma alternativa para a proteção das mulheres em situação de vulnerabilidade.

Recentemente, foram aprovadas 12 propostas no sentido de combater a violência contra a mulher, evidenciando seu compromisso contínuo com a causa feminina. Sua atuação firme e dedicada reflete a importância de políticas públicas eficazes para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todas as mulheres.

As políticas públicas voltadas para as mulheres são essenciais para combater as desigualdades históricas e garantir a equidade de oportunidades. Medidas como o fortalecimento da rede de proteção contra a violência doméstica, a promoção da saúde da mulher e o incentivo à participação feminina no mercado de trabalho são fundamentais para assegurar que todas as mulheres tenham acesso a seus direitos e possam viver com dignidade e respeito.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



## CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DA DEPUTADA

Nossa deputada Nely Aquino está trabalhando para garantir descontos nas tarifas de energia elétrica para residências com pessoas que necessitam de aparelhos médicos contínuos.

# ROMERO RODRIGUES LUTA PELO DIREITO DE SUCESSÃO A HERDEIROS DE TAXISTAS

O deputado federal Romero Rodrigues (PB) quer reverter decisão do Supremo Tribunal Federal que impede a transferência da autorização de serviço aos sucessores legítimos do taxista, em caso de falecimento, pelo tempo remanescente do prazo de outorga. Após ouvir representantes da categoria, o parlamentar quer apresentar um projeto de lei para garantir o direito aos herdeiros dos taxistas.

Em 2021, o STF declarou inconstitucionais os dispositivos da Lei de Mobilidade Urbana que permitiam a livre comercialização de autorizações de serviço de táxi e a sua transferência aos sucessores legítimos do taxista. Desde então, a categoria vem buscando formas de reverter a situação, realizando audiências públicas e reuniões no Congresso Nacional.

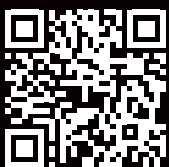
Romero Rodrigues tem participado desses encontros com os taxistas e também vem recebendo vários desses profissionais em seu gabinete, inclusive representantes de associações e sindicatos da Paraíba. Eles alegam que, sem o direito de sucessão, os familiares não podem dar continuidade aos serviços de táxi, que

historicamente é passado por diversas gerações de taxistas.

O deputado justifica que o táxi é uma empresa e um bem da família do taxista. “Com todo respeito ao Supremo, mas nós vamos lutar no Congresso para que esse direito da sucessão seja assegurado. É uma injustiça o que está sendo feito com essa categoria. Imagine, por exemplo, que um taxista compra um carro novo a prestação e vem a falecer, como sua família vai honrar com as despesas? ”, ponderou.


Romero, lembrou ainda que na pandemia da Covid-19 a categoria foi uma das mais afetadas. “Esses pais e mães de família passaram quase dois anos parados, sem poder trabalhar para garantir o sustento. Agora, novamente, viver um momento de incerteza como este não é justo. Por isso, contam com minha colaboração e solidariedade. Tenho certeza, terão também a compreensão da Câmara e do Senado”, afirmou.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

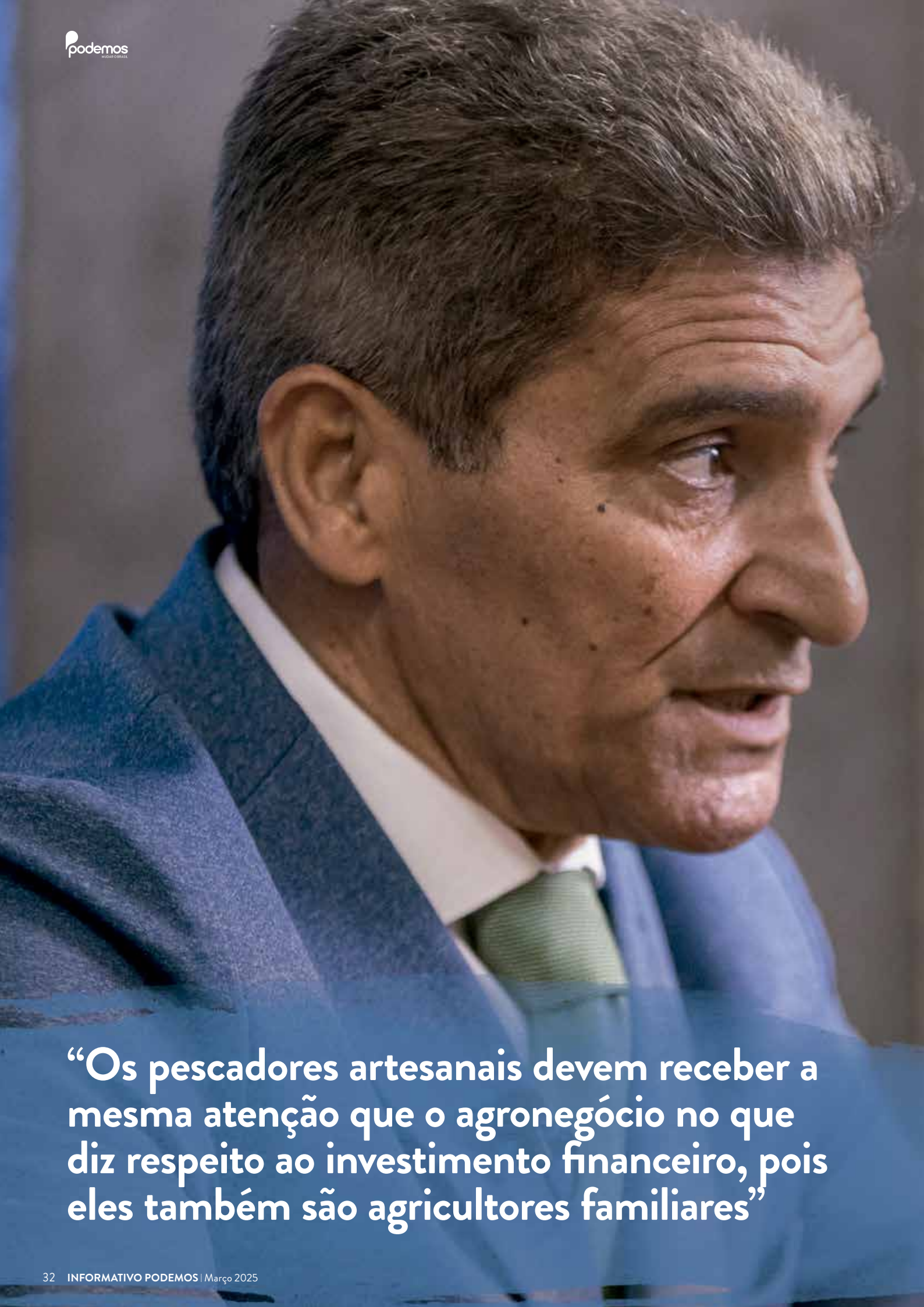


CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O Podemos está lutando para garantir que o Perse, programa de apoio ao setor de eventos, seja mantido e avaliado com cuidado.



**“Vamos lutar no Congresso para que esse direito da sucessão seja assegurado. É uma injustiça o que está sendo feito com essa categoria”**

A close-up, profile view of a middle-aged man with short, graying hair. He is wearing a dark blue suit jacket, a white shirt, and a green patterned tie. He is looking towards the right of the frame with a serious expression. The background is a plain, light-colored wall.

**“Os pescadores artesanais devem receber a mesma atenção que o agronegócio no que diz respeito ao investimento financeiro, pois eles também são agricultores familiares”**

# RAIMUNDO COSTA INCLUI PESCADORES NA LINHA DE CRÉDITO DO PLANO SAFRA 2024/2025

O Projeto de Lei 4643/2024 que inclui pescadores artesanais e aquicultores familiares entre beneficiários das linhas de crédito oferecidas pelo Plano Safra 2024/2025 é uma proposta do deputado Raimundo Costa (BA). O PL é analisado pela Câmara dos Deputados. “Os pescadores artesanais devem receber a mesma atenção que o agronegócio no que diz respeito ao investimento financeiro, pois eles também são agricultores familiares”, comentou Raimundo.

O parlamentar acrescentou que pescadores buscam na agricultura uma segunda fonte de renda no período do defeso, que é um intervalo de tempo durante o qual a pesca é temporariamente proibida ou restrita em determinadas regiões, a fim de proteger a reprodução dos animais. “Durante o período de defeso, muitos recorrem à agricultura para complementar a renda e garantir a alimentação de suas famílias”, explicou o autor.

Segundo o projeto, a linha de crédito especial poderá ser utilizada para a compra e reforma de embarcações, além da aquisição de insumos necessários para o desenvolvimento da atividade pesqueira.

Nesse contexto, a proposta determina que cada pescador poderá contar com um limite de crédito de até R\$ 80 mil para custeio, como a compra de redes, anzóis, freezer e balança. E até R\$ 200 mil para investimentos como a compra de embarcações e motores, com vantagens como juros reduzidos (3% ao ano).

Com a crescente de 25% ao ano do setor, Raimundo Costa (Pode/BA) explica a necessidade de investimento na pesca e aquicultura. “A pesca e a aquicultura hoje são dois dos grandes do mundo do agronegócio, e devido a isso precisamos direcionar não só atenção, mas como também investimento orçamentário no ramo”.

A proposta, que segue em caráter conclusivo, será analisada pelas comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; de Finanças e Tributação; e de Constituição, Justiça e Cidadania.

Para se tornar lei, precisa ser aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



## CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

A proposta que garante plano de carreira e piso salarial nacional no SUS é essencial para fortalecer a saúde pública no Brasil e garantir um futuro mais digno para os profissionais da saúde.

ARTIGO - RENATA ABREU | Deputada federal (Podemos-SP)

# MULHERES NA POLÍTICA: O COPO MEIO CHEIO



Estamos em março, mês das mulheres. Tempo de celebração, reflexão e, claro, ação. Não há presente maior para uma sociedade do que ampliar as vozes femininas nos espaços de decisão. E, quando falamos de política,

essa representatividade não é apenas desejável; é essencial!

Sabemos que ainda há um longo caminho a percorrer, mas eu enxergo o cenário com otimismo: se para alguns a presença feminina na política ainda é um copo meio vazio, eu vejo meio cheio. As últimas eleições municipais e a atual composição dos parlamentos estaduais e federal demonstram que estamos avançando.

Pela primeira vez, superamos a barreira de 700 prefeitas eleitas no Brasil. O número de vereadoras (10.537) também cresceu e, no Congresso Nacional, temos um aumento gradual de deputadas e senadoras ocupando cadeiras que, historicamente, eram predominantemente masculinas.

A caminhada para a equidade na política precisa ser constante e coletiva. Mulheres qualificadas existem e estão mostrando competência e habilidade em seus mandatos. Dados do Núcleo de Estudos Raciais do Inspere apontam que, quando elas ocupam posições de liderança no setor público, há 35% menos chances de envolvimento em casos de corrupção. E a diversidade nos espaços legislativos e executivos gera políticas mais inclusivas e alinhadas às necessidades reais da população.

Com 53% do eleitorado composto por mulheres, entretanto, é inaceitável que apenas 15% dos cargos eletivos sejam ocupados por elas. O Brasil está na 133ª posição em um ranking global de 186 países sobre representatividade feminina no poder. Atrás de vizinhos como México, Argentina, Bolívia e Equador. Essa realidade

está mudando. E ainda há muito a ser feito.

Se queremos acelerar essa mudança, precisamos atuar em várias frentes: capacitação, ampliação de políticas públicas que incentivem a entrada e permanência de mulheres na política e, acima de tudo, conscientização de que esse espaço também nos pertence. Mas essa luta não cabe apenas às mulheres. É fundamental que toda a sociedade, incluindo homens e instituições, se engaje nesse processo, promovendo um ambiente político mais inclusivo e igualitário. A política precisa ser, também, assunto de mulher!

O Rio Grande do Norte tem sido um exemplo nesse protagonismo, sendo o estado com maior percentual de mulheres na política municipal. Por outro lado, em São Paulo, 78 cidades não elegeram sequer uma vereadora em 2024. Isso nos mostra que o avanço é real, mas desigual. O desafio agora é tornar essa evolução mais homogênea, garantindo que todas as regiões do país possam caminhar na mesma direção.

A experiência mundial nos dá bons exemplos. Ruanda lidera o ranking global de representatividade feminina no parlamento, com mais de 60% de cadeiras ocupadas por mulheres. Suécia e Bolívia também demonstram como cotas e políticas afirmativas podem acelerar esse processo. No Brasil, a Lei das Cotas (9.504/1997) já estabelece que 30% das candidaturas devem ser femininas, mas esse percentual ainda não se reflete no número de eleitas. Precisamos virar essa chave.

O Brasil é um país de mulheres fortes, competentes e absolutamente capazes de ajudar a transformar a realidade política. A mudança está em curso. Mais do que celebrar o avanço, nosso papel é garantir que ele continue. O copo já está meio cheio. Vamos enchê-lo por completo?

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



SAIBA MAIS SOBRE O ARTIGO COPO MEIO CHEIO

Avanço importante para a representatividade feminina na política!

# BANCADA DO PODEMOS NA CÂMARA GANHA REFORÇO DE TIAGO DIMAS E RAFAEL FERA

Uma decisão da Justiça vai ampliar para 17 o tamanho da bancada do Podemos na Câmara, fortalecendo a máxima do partido que mais cresce no Brasil. Decisão da maioria do Supremo Tribunal Federal (STF) – seis de 11 ministros – foi favorável ao partido, garantindo que Tiago Dimas (TO) e Rafael Fera (RO) são os titulares do mandato.

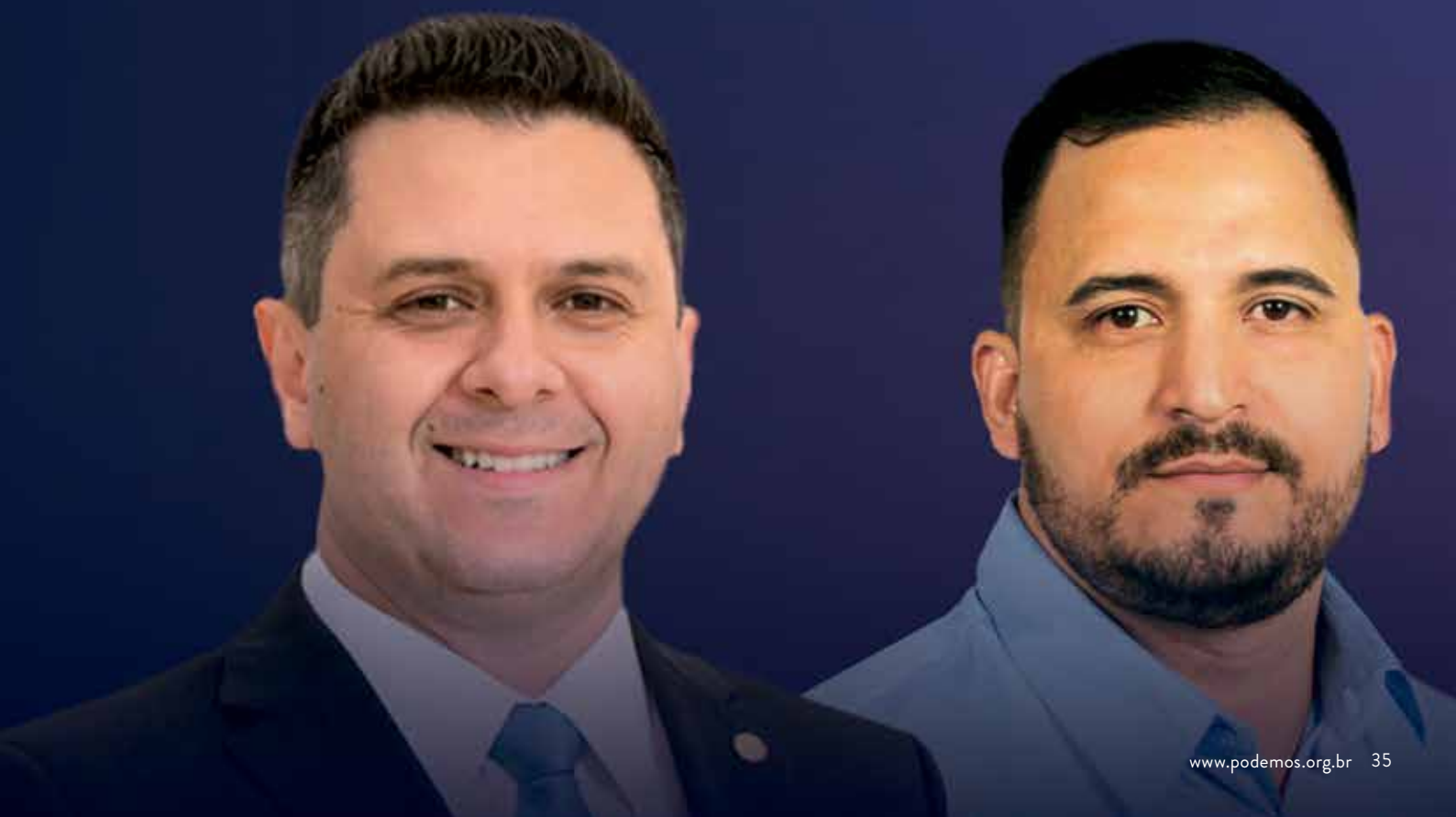
A decisão que teve desfecho favorável para o Podemos teve como base o debate sobre as chamadas “sobras eleitorais” e se essas regras de distribuição de votos devem valer para o último pleito para a Câmara dos Deputados.

Após a decisão, Dimas disse que o Direito prevaleceu e agora está consumado. “O mandato, conquistado nas urnas, com quase 43 mil votos passa a ter validade e é reconhecido pela Justiça. Destaco o meu

agradecimento ao Podemos e a nossa presidente Renata Abreu, que desde o princípio se empenharam nessa batalha jurídica para fazer valer a vontade da população tocaninense”, afirmou, para completar: “Estou pronto para voltar ao Congresso Nacional e devolver com muito trabalho essa confiança depositada em mim por tantas pessoas”.

Rafael Fera também falou sobre a eleição reconhecida pelo STF. “A todos da família Podemos, em nome da nossa presidente Renata, agradecer a força e apoio de todos amigos e amigas que estavam empenhados e torcendo por essa vitória! Não vejo a hora de estar aí somando junto com vocês”, completou.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



# JUNTOS PODEMOS

 [podemos.org.br](https://podemos.org.br)

## SEDE NACIONAL

SHIS QI 17, conj. 3, casa 25 Lago Sul - Brasília/DF

CEP 71.645-030

Telefone (61) 3550-5619

WhatsApp (11) 91339-5577

 [contato@podemos.org.br](mailto:contato@podemos.org.br)      @podemos20

## SEDE ADMINISTRATIVA

Rua Alexandre Dumas, 1658 - 16º andar

Santo Amaro - São Paulo/SP

CEP: 04717-004

telefone: (11) 3935-6353

 [juntos@podemos.org.br](mailto:juntos@podemos.org.br)      @podemos20

 **podemos**  
CÂMARA